

**A CAPES E SUAS SETE DÉCADAS: TRAJETÓRIA DA PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU NO BRASIL**

**CAPES AND ITS SEVEN DECADES: TRAJECTORY OF POSTGRADUATE
STUDIES IN BRAZIL**

**CAPES Y SUS SIETE DÉCADAS: TRAYECTORIA DEL POSGRADO STRICTO
SENSU EN BRASIL**

THIAGO LUIZ DE OLIVEIRA CABRAL

Doutorando em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina do Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária
thiago.cabral@ufsc.br.

FERNANDA CRISTINA DA SILVA

Doutoranda em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina do Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária
fernanda.silva.f.cs@posgrad.ufsc.br.

ANDRESSA SASAKI VASQUES PACHECO

Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Departamento de Ciências da Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração e do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da UFSC
andressa.pacheco@ufsc.br.

PEDRO ANTÔNIO DE MELO

Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Departamento de Ciências da Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração e do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da UFSC
pedro.melo@ufsc.br.

Resumo

Este estudo tem como objetivo principal apresentar o panorama da pós-graduação nacional, modalidade *stricto sensu*, desde a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) até os dias atuais. Para isso, foram realizadas pesquisas em relatórios institucionais e de sistemas públicos, bem como foram usadas fontes bibliográficas, legislações específicas e elaboração de estatísticas descritivas no que concerne à evolução da pós-graduação nacional. Como principais conclusões, destaca-se que a pós-graduação surgiu, sobretudo, da necessidade nacional de qualificação de pessoal para atender às demandas dos empreendimentos públicos e privados que forneceriam as bases para o desenvolvimento do país. A trajetória da pós-graduação brasileira não se dissocia da criação da Capes e da condução de seus coordenadores, em especial, de Anísio Teixeira, seu fundador. Salienta-se o crescimento tanto do número de cursos oferecidos como do quantitativo de matrículas e de titulações da pós-graduação nacional, embora de maneira assimétrica em relação às regiões do país. Para pesquisas futuras, sugere-se realizar uma análise da evolução dos números da pós-graduação brasileira *stricto sensu*, desde a sua origem, com base em evidências e em acontecimentos históricos, no Plano Nacional de Pós-Graduação e na Estratégia Nacional de Desenvolvimento.

Palavras-chave: Pós-Graduação. *Stricto Sensu*. Gestão Universitária. Capes.

Abstract

This study aims to present Brazilian *stricto sensu* postgraduate panorama, since the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes) was created to the present days. Therefore, researches were carried out resorting to institutional reports and public systems, as well as to bibliographic sources, specific legislation and the development of descriptive statistics regarding the national postgraduate studies evolution. Among the main conclusions, it is highlighted that the postgraduate studies emerged, above all, from the national need for personnel qualification to meet public and private companies' demands that would provide the bases to the country development. The trajectory of Brazilian postgraduate studies can neither be dissociated from the creation of CAPES nor from its Coordinators' leadership, specially Anísio Teixeira, its founder. The growth of the number of courses offered stands out, as well as the number of enrollments and qualifications of the national postgraduate program, although asymmetrically in relation to the regions of the country. For future researches, it is suggested that an analysis be carried out of Brazilian postgraduate courses numbers evolution, since its origin, based on evidence and historical events, on the National Postgraduate Plan and on the National Development Strategy.

Keywords: Postgraduate Courses. *Stricto Sensu*. University Management. Capes.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo principal presentar el panorama del posgrado nacional en la modalidad *stricto sensu*, desde la creación de la Coordinación para el Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes) hasta hoy en día. Para ello, se realizaron investigaciones en los informes institucionales y en los sistemas públicos, así como se utilizaron de fuentes bibliográficas,

legislaciones específicas y la elaboración de estadísticas descriptivas acerca de la evolución del posgrado nacional. Como conclusiones principales, se destaca que el posgrado surgió, sobre todo, de la necesidad nacional de calificación del personal para atender las demandas de los emprendimientos públicos y privados que proporcionarían las bases para el desarrollo del país. La trayectoria del posgrado brasileño no está dissociada de la creación de Capes y de la actuación de sus coordinadores, en particular, de Anísio Teixeira, su fundador. Se destaca el crecimiento tanto del número de cursos ofrecidos como de la cantidad de matrículas y de titulaciones del posgrado nacional, aunque de forma asimétrica en relación con las regiones del país. Para futuras investigaciones se sugiere llevar a cabo un análisis de la evolución de las estadísticas del posgrado brasileño desde sus orígenes, basándose en evidencias y acontecimientos históricos, en el Plan Nacional de Posgrado y en la Estrategia Nacional de Desarrollo.

Palabras clave: Posgrado. *Stricto Sensu*. Gestión Universitaria. Capes.

1. INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX apresenta uma realidade *sui generis* no que se refere à administração pública, sobretudo no que se refere à busca pela passagem de um Brasil patrimonialista, com uma estrutura ineficaz e embebida no nepotismo, para uma gestão pautada na eficiência da máquina pública. Assim, uma necessidade há muito revelada no contexto nacional se fez ainda mais premente: a formação de quadros profissionais para atender ao inevitável progresso do país (GOUVÊA, 2012).

Tal objetivo só poderia vir a ser alcançado com um planejamento que perpassou a criação de uma instituição voltada inicialmente para essa finalidade, mas que hoje congrega outras funções também vitais ao país: a então Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E não há como dissociar a Capes de Anísio Teixeira, seu fundador.

Como destacado por Gouvêa e Mendonça (2006), a atuação de Teixeira se pautou, sobretudo, pela mediação, uma vez que, além de conciliar os diversos interesses políticos envolvidos na criação da agência, equilibrou os clamores de dois importantes grupos antagônicos: os pragmáticos, que ansiavam por reformas imediatas, e os políticos, que defendiam objetivos de médio e longo prazos. Tal ambiente era em muito diferente da atmosfera de concordâncias contida nos retratos estabelecidos pelo senso comum.

Diante do passar dos anos, a institucionalização da pós-graduação nacional sempre esteve atrelada à Capes, mormente a partir da década de 1970, desde o necessário credenciamento e da autorização da operação apenas dos cursos de pós-graduação que

oferecessem uma qualidade mínima até a identificação dos setores nacionais a serem desenvolvidos e da minoração das assimetrias regionais.

A Capes, agência responsável pela avaliação da pós-graduação nacional, modalidade *stricto sensu*, está em vias de completar 70 anos de sua criação. Nesse contexto, faz-se relevante entender a trajetória da pós-graduação *stricto sensu* brasileira, conhecer as bases para o seu surgimento e desenvolvimento e os principais atores envolvidos nesse processo e apresentar dados históricos e atuais no que concerne a esse nível de formação.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo apresentar o panorama da pós-graduação nacional, modalidade *stricto sensu*, da criação da Capes aos dias atuais. Para isso, recorreu-se a relatórios institucionais e de sistemas públicos, a fontes bibliográficas, à legislação específica da pós-graduação nacional e à elaboração de estatísticas descritivas a respeito dos números da pós-graduação.

Almeja-se com esta pesquisa contribuir com a academia no sentido de fornecer, de forma clara e sintetizada, um apanhado geral sobre a pós-graduação *stricto sensu* brasileira, desde sua origem até o seu contexto atual, com base nos mais recentes relatórios, em conteúdos eletrônicos e nos sistemas informatizados públicos.

2. AS BASES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

A origem da pós-graduação, ao menos no que se refere ao mundo ocidental, tem suas raízes na estrutura das universidades norte-americanas, por volta da segunda metade do século XIX. O modelo universitário estadunidense foi fortemente influenciado pelo modelo universitário germânico, no qual as instituições se dedicavam às pesquisas científicas e tecnológicas, além do ensino e da formação de profissionais. Na organização universitária norte-americana há uma divisão em dois planos hierárquicos principais, tendo como base os *colleges*, em que os estudantes formados recebem uma graduação (*undergraduate*), e os cursos para aqueles que desejam se aprofundar em estudos mais avançados nas matérias dos *colleges*, para, assim, obterem um grau superior, em nível de mestrado e de doutorado, ou seja, uma pós-graduação (*graduate*) (BRASIL, 1965).

Possivelmente, a mola-mestre da pós-graduação tenha sido a fundação da Universidade norte-americana Johns Hopkins, em 1876, a qual foi concebida para ir além da transmissão do conhecimento adquirido, voltada, especialmente, para a criação de novos

conhecimentos produzidos a partir da pesquisa. A pós-graduação, em sua origem, contempla a excelência na pesquisa científica, a promoção da alta cultura, a formação de indivíduos letrados e o treinamento de docentes universitários (BRASIL, 1965).

Antes de se adentrar no contexto da pós-graduação brasileira, há de se fazer a consideração de que a pós-graduação em sua versão atual pode ser subdividida em *lato* ou *stricto sensu*. Os cursos *lato sensu* correspondem aos programas de especialização em que os estudantes formados têm acesso a um certificado e não a um diploma. Já os cursos *stricto sensu* correspondem aos programas de mestrado e doutorado, nos quais o aluno formado receberá um diploma (BRASIL, 2019). Nesse sentido, retrata-se aqui prioritariamente a modalidade *stricto sensu*.

No cenário nacional, tratar de pós-graduação é falar da criação e da consolidação da, então, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), passado indissociável entre a instituição que forneceu as bases para os estudos pós-graduados no Brasil e Anísio Teixeira, que comandou a secretaria geral do órgão do Ministério da Educação até os idos de 1963 (CAPES, 2002; MENDONÇA, 2003).

Anísio Teixeira nasceu em 1900, na Bahia. Embora tenha se formado em direito, foi sua atuação pedagógica que proporcionou a escrita de seu nome na história da educação brasileira. Entre os anos de 1924 a 1928, em sua atuação no governo da Bahia, ele promoveu a reforma do ensino baiano. Em seguida, mudou-se para os Estados Unidos, onde estudou na Universidade de Columbia. Lá, ele conheceu o professor John Dewey, um de seus principais influenciadores no que diz respeito ao seu entendimento acerca dos aspectos teóricos da educação. Retornou ao Brasil e exerceu atividades em órgãos públicos, como o Ministério da Educação e a Prefeitura do Distrito Federal. Em 1935, como Secretário da Educação daquele estado, ele foi responsável pela criação da Universidade do Distrito Federal, sendo afastado do cargo no mesmo ano por acusação de envolvimento com a revolta comunista (NUNES, 2000; CAPES, 2002).

Após exílio, ele assumiu a direção geral da Capes entre os anos de 1951 a 1964, assumindo, concomitantemente, a reitoria da Universidade de Brasília entre os anos de 1963 e 1964 (CAPES, 2002). Novamente, em 1964, foi afastado pelo golpe militar e aposentado compulsoriamente, o que fez com que retornasse aos Estados Unidos para lecionar na mesma universidade em que conheceu Dewey. Em 1967, novamente no Brasil, ele se manteve dedicado

à educação. Publicou estudos e se tornou consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) até sua morte em 1971 (NUNES, 2000).

Como ressaltado por Almir de Castro, diretor executivo da Capes em 1954

Anísio era um dos poucos homens no Brasil dotados de imaginação. Ele foi um catalisador, um incentivador e fez renascer um estímulo para a universidade, fazendo com que ela iniciasse trabalhos, rumos e caminhos que não tinham sido trilhados (CAPES, 2002, p. 33).

Embora a Capes tenha sido criada para favorecer o desenvolvimento do país, ao longo de sua trajetória histórica, sobretudo nos governos ditatoriais, a agência flertou com a extinção. Desde a perseguição ao seu fundador, doutor Anísio Teixeira, e às supervisões dos seus dirigentes e bolsistas, a Capes encontrou inúmeras dificuldades no seu processo de consolidação (CAPES, 2002). Como destacado em depoimento de Suzana Gonçalves, diretora-executiva da Capes entre os anos de 1964 e 1966, os bolsistas respondiam a um questionário, que, entre as perguntas, havia uma que chamava a atenção: “Gosta de música? Quais são seus autores preferidos?” (CAPES, 2002, p. 53).

Ainda que Anísio Teixeira tenha pautado sua trajetória na educação e nessa área deixado marca indelével, faltariam linhas neste estudo para contar detalhadamente sua história. Nesse sentido, cabe destacar nesta pesquisa aquela que, talvez, tenha sido a sua principal contribuição para a pós-graduação nacional: a fundação e direção-geral da Capes.

A Capes foi instituída em 1951, por meio do Decreto n. 29.741, inicialmente, como uma comissão com a finalidade de promover a formação e a qualificação de pessoal a nível superior para o atendimento das necessidades dos empreendimentos públicos e privados que forneceriam as bases ao desenvolvimento brasileiro. O projeto nacional de desenvolvimento da gestão de Getúlio Vargas enfatizava a administração pública e a industrialização do país, demandando pesquisadores e cientistas qualificados, sobretudo aqueles com qualificação nas áreas de física, matemática, química, biologia, economia e finanças (CAPES, 2002).

De acordo com Mendonça (2003), desde seu início, a Capes manteve dois programas principais com o propósito de atender a objetivos econômicos, com a formação de pessoal técnico qualificado para suprir as necessidades de setores estratégicos, e a objetivos políticos, pensando na possibilidade de uma reforma universitária que favorecesse o avanço científico brasileiro.

Nesse sentido, foram criados o Programa de Quadros Técnicos e Científicos (PQTC) e o Programa Universitário (PgU). O PQTC norteava seu trabalho nas necessidades de pessoas qualificadas em nível superior, enquanto o PgU concentrava seus esforços no desenvolvimento das universidades e dos institutos de ensino superior.

Apesar da criação da Capes ter ocorrido na primeira metade da década de 1950, foi apenas em 1965, com o Parecer n. 977/65 (conhecido como Parecer Sucupira), que o Ministério da Educação reconheceu e regulamentou a pós-graduação no Brasil, instituindo o formato básico e subdividindo a formação nos níveis de mestrado e de doutorado. Daquele momento em diante, a pós-graduação se caracterizou como um novo nível de formação (BALBACHEVSKY, 2005).

Na sequência, mais precisamente na década de 1970, a pós-graduação caminhou rumo à institucionalização no Brasil, assumindo importância estratégica no avanço do ensino superior. Centenas de cursos de pós-graduação já operavam no país, porém pouco mais de uma centena tinha obtido o credenciamento junto ao Conselho Federal de Educação, órgão que tinha atribuição na época; as bolsas deixaram de ser concedidas de maneira direta aos bolsistas, passando a serem distribuídas por meio de um processo institucional; iniciou-se um processo de planejamento para a identificação e para o incentivo de áreas que necessitavam de desenvolvimento; induziu-se a criação de pró-reitorias de pós-graduação, como interlocutoras da Capes nas instituições de ensino; iniciaram-se ações para combater as assimetrias regionais no que diz respeito à procura e à formação em nível de pós-graduação; a Capes e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) passaram a assumir exclusivamente e sem sobreposição suas atribuições; o doutorado-sanduíche foi criado; concebeu-se o primeiro esboço do processo de avaliação dos programas de pós-graduação (CAPES, 2002).

Em relação à avaliação dos programas, foram criados, na década de 1970, os comitês de avaliação e fixados critérios nacionais para garantir a qualidade dos cursos. Os comitês adaptavam os critérios por áreas. No entanto, havia indicadores mínimos que correspondiam: à qualificação do corpo docente, à produção científica, ao quantitativo de créditos em horas de disciplinas e à análise de cópias de dissertações ou teses. A classificação dos cursos realizada pela Capes passou a valer também para as agências de fomento, como a Financiadora de

Estudos e Projetos (FINEP) e o CNPq, as quais financiavam os auxílios e as bolsas que eram concedidos mediante aval da classificação desenvolvida pela Capes (CAPES, 2002).

Em 1976, a Capes implementou uma escala conceitual alfabética para avaliar a qualidade dos cursos de pós-graduação brasileiros. A escala variava entre as letras “A”, “B”, “C”, “D” e “E”, assim, os cursos com classificação “A” seriam os mais bem qualificados e, em contrapartida, os cursos com classificação “E” seriam deficitários (HOSTINS, 2006; CAPES, 2010).

Tal método de avaliação adotado pela agência permanece, considerando modificações realizadas ao longo do tempo. Em 1998, a Capes passou a adotar um modelo mais rigoroso de avaliação, com vistas ao alcance de padrões de qualidade internacionalmente aceitos, em que a escala conceitual alfabética seria substituída pela escala numérica com variação entre os números inteiros de “1” a “7”, assim, os cursos notas “6” e “7” são considerados de padrão internacional, e a nota “7” constitui o topo da classificação. Já a nota “3” é o mínimo que um programa pode obter para ser reconhecido e para operar, ou seja, para que seus diplomas tenham validade. Um conceito abaixo de “3” sujeita o curso ao descredenciamento (BALBACHEVSKY, 2005; HORTA; MORAES, 2005; HOSTINS, 2006; SOUSA, 2008; CAPES, 2010). Ressalta-se que os programas que possuem apenas o curso de mestrado podem alcançar a nota máxima “5”, enquanto programas com doutorado podem obter o conceito que representa o topo da classificação (MORAES, 2016).

Ainda na década de 1970 é importante pontuar que houve um avanço considerável na pós-graduação brasileira: a criação do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) sob responsabilidade da Capes. O plano direcionava as ações e as metas estratégicas da pós-graduação para um período específico, considerando as realidades, presente e futura, do país.

O primeiro Plano (I PNPG) contemplou o período de 1975 a 1979. Entendendo-se que a pós-graduação, até aquele momento, havia se expandido de forma desordenada, o plano instituiu a pós-graduação como política de estado, e, nesse sentido, deveria integrar as políticas de desenvolvimento social e econômico do país (CAPES, 2010). Conforme apontado pela Capes (2010), as principais diretrizes do primeiro PNGP foram (CAPES, 2010, p. 25):

- institucionalizar o sistema, consolidando-o como atividade regular no âmbito das universidades e garantindo-lhe financiamento estável;
- elevar os atuais padrões de desempenho e racionalizar a utilização de recursos;

- planejar a sua expansão, tendo em vista uma estrutura mais equilibrada entre áreas e regiões.

Para que as metas determinadas no primeiro plano fossem alcançadas, os esforços deveriam se concentrar em três programas específicos, que eram: a concessão de bolsas para estudantes em tempo integral; a amplificação do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD); e a admissão de docentes, oriundos da ampliação da pós-graduação, pelas instituições universitárias (CAPES, 2010).

Na sequência, o segundo PNPG (II PNGP), que correspondeu ao horizonte de 1982 a 1985, manteve-se atento às demandas do plano anterior, enfocando, dessa vez, na qualidade da pós-graduação. Assim, em sua essência, o segundo PNPG visou ao aperfeiçoamento e à institucionalização do sistema de avaliação criado em 1976 pela agência. Enquanto isso, o terceiro plano (III PNPG), correspondente aos anos entre 1986 e 1989, concomitantemente criado ao primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, que iniciou logo após a ditadura, teve como ênfase o fomento às pesquisas universitárias como componente essencial da pós-graduação e a integração da pós-graduação ao sistema nacional de ciência e tecnologia, com a finalidade de garantir a independência econômica, científica e tecnológica para o Brasil (HOSTINS, 2006; CAPES, 2010).

Nesse sentido, o terceiro PNPG teve, precisamente, como objetivos:

- a consolidação e a melhoria do desempenho dos cursos de pós-graduação;
- a institucionalização da pesquisa nas universidades para assegurar o funcionamento da pós-graduação;
- a integração da pós-graduação ao setor produtivo. (CAPES, 2010, p. 27)

Até então, o que se percebe é que os planos nacionais de pós-graduação eram construídos para um horizonte curto de tempo e que se atinham a aspectos situacionais do Brasil. Como se percebe, a primeira preocupação se deu em função do crescimento desordenado da pós-graduação nacional e da necessidade de regularizar e de normatizar esse novo nível de ensino. Em seguida, preocupou-se com a qualidade da formação de recursos humanos oriundos da pós-graduação, aprimorando-se o processo de avaliação dos cursos. Já, num terceiro momento, o papel da pós-graduação foi entendido como estratégico para a construção de uma pátria mais desenvolvida e soberana.

Diante da necessidade de um novo plano de pós-graduação a partir do início da década de 1990, a Capes instituiu, em 1996, uma Comissão Executiva para a organização de um seminário nacional que forneceria as bases para a formulação do quarto PNPG (IV PNPG). Embora tenham sido esboçadas versões daquele que seria o quarto Plano, não se chegou a um documento público final devido a restrições orçamentárias e à falta de coesão entre as agências. Entretanto, as recomendações realizadas foram implantadas pela diretoria da Capes ao longo do tempo, as quais enfatizavam: a expansão do sistema; a diversificação do modelo de pós-graduação; as alterações no processo de avaliação dos cursos; e a inserção internacional da pós-graduação (HOSTINS, 2006; CAPES, 2010).

Retomou-se apenas em 2004 a criação de um novo plano de pós-graduação. O quinto PNPG (V PNPG) foi determinado para o período entre 2005 e 2010. Observa-se que, nesse período, a tessitura da educação no país já ganhava outros contornos, sobretudo com a promulgação da Constituição Federal em 1988 e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, que orientariam a elaboração dos planos educacionais (CAPES, 2004).

Assim, o quinto PNPG teve como propósito gerar o crescimento equitativo do sistema nacional de pós-graduação com foco no atendimento das demandas sociais e no subsídio à formulação e à implementação de políticas públicas para a educação (como um todo), a ciência e a tecnologia. Houve, também, o aprimoramento do processo de avaliação qualitativa da pós-graduação e a ênfase na formação de pessoal qualificado para atender às exigências do mundo globalizado (CAPES, 2004).

Atualmente está em vigência o sexto PNPG (VI PNPG), que compreende o período entre 2011 e 2020. Como de costume, o plano atual reitera os legados dos planos anteriores e faz novos apontamentos para o futuro do Sistema Nacional de Pós-Graduação. É importante considerar que, como já informado, os planos levam em conta aspectos conjunturais políticos, econômicos e sociais, e, no contexto do horizonte temporal definido para o sexto PNPG (VI PNPG), havia a perspectiva de que o Brasil se consolidaria como a quinta maior economia do planeta, por isso, nesse sentido, conjecturavam-se mudanças em seguimentos da economia, na geopolítica e nos diferentes setores da sociedade, inclusive no ensino superior (CAPES, 2010).

Desse modo, a espinha dorsal do sexto PNPG contemplou as demandas do plano anterior e deu ênfase ao combate às assimetrias relacionadas à distribuição da pós-graduação no território nacional, à necessidade da melhoria da qualidade da educação básica, à formação

de recursos humanos aptos à atuarem em setores estratégicos para o desenvolvimento nacional sustentável e à internacionalização, cooperação e financiamento de pesquisas e de programas de pós-graduação (CAPES, 2010).

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos planos nacionais de pós-graduação diante do período para o qual foram concebidos e da ênfase dada a cada uma das versões.

Quadro 1 – Síntese dos Planos Nacionais de Pós-Graduação e suas Ênfases.

Plano	Período	Ênfase
I PNPG	1975 a 1979	Formação de especialistas para o sistema universitário e para os setores industrial e público.
II PNPG	1982 a 1985	Aperfeiçoamento da qualidade da formação em nível de pós-graduação.
III PNPG	1986 a 1989	Importância estratégica da pós-graduação para a autonomia nacional.
IV PNPG	Não promulgado	Diversificação do modelo de pós-graduação, mudanças no processo de avaliação e inserção internacional do Sistema Nacional de Pós-Graduação.
V PNPG	2005 a 2010	Minoração das assimetrias regionais, aprimoramento do processo de avaliação qualitativa da pós-graduação e impacto da pós-graduação na sociedade e no setor produtivo.
VI PNPG	2011 a 2020	Melhoria da qualidade da Educação Básica, formação de recursos humanos para os setores considerados estratégicos, busca da internacionalização e da cooperação internacional da pesquisa e dos programas de pós-graduação, estímulo ao financiamento da pós-graduação.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Hostins (2006) e Capes (2010).

A pós-graduação tem como cerne a pesquisa, que está fortemente vinculada às instituições acadêmicas e aos institutos. As aplicações desses estudos permitem transpor tecnologias e conhecimentos para todos os setores da sociedade, fortalecendo os mecanismos para o desenvolvimento econômico e social (CAPES, 2010).

Embora os planos nacionais de pós-graduação tenham, entre outras finalidades, a finalidade de formar profissionais para os setores estratégicos da nação, como se observa desde o primeiro PNPG até o sexto PNPG em vigor, percebe-se um descompasso temporal entre as estratégias da pós-graduação nacional e os setores portadores de futuro e objetivos estratégicos contidos na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Informação (BRASIL, 2016), elaborada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), visto que esse documento foi publicado cinco anos mais tarde.

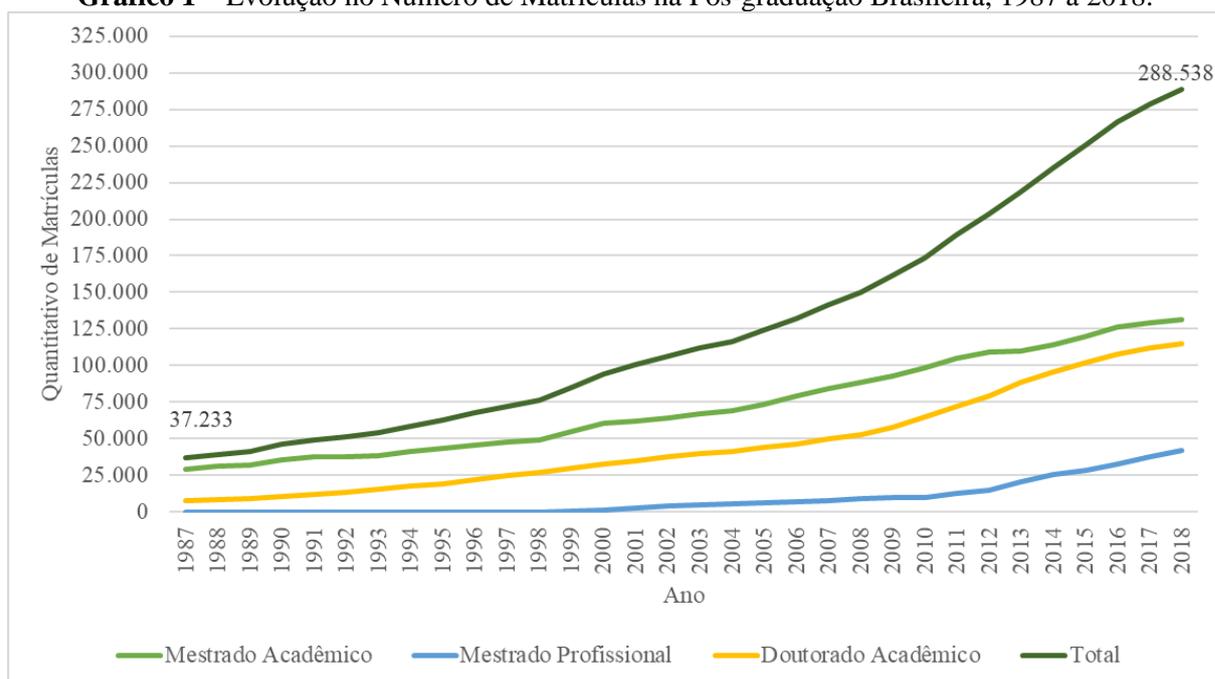
Todavia, o que se observa na trajetória da pós-graduação é que ela possui correspondência com o projeto de nação que se almeja, como se demonstrou mais precisamente na realidade brasileira retratada neste tópico. A pós-graduação é um propulsor do desenvolvimento de tecnologias e de mecanismos aplicados às áreas estratégicas para a exploração de recursos e de materiais. A pós-graduação é o grande *locus* da pesquisa de uma nação e é o agente diretamente interessado em responder às demandas da sociedade que ela mantém. Sem a pós-graduação há pouca perspectiva de desenvolvimento econômico, político e social num país, sobretudo de um desenvolvimento sustentável.

3. A PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO BRASIL EM NÚMEROS

A apresentação dos números da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil está embasada em dados disponíveis nos relatórios do livro “Capes, 50 anos” (dados dos anos anteriores a 1998) e do Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes (dados dos anos posteriores a 1998 – inclusive). Os dados se referem ao período de 1987 a 2018. Não foram identificados os dados referentes a outros períodos.

As matrículas na pós-graduação *stricto sensu* vêm crescendo ano a ano. Em 1987, foi registrado um total de 37.233 matrículas, enquanto em 2018, três décadas mais tarde, foram identificadas 288.538 matrículas, o que demonstra um crescimento de aproximadamente 675%, considerando o referido período. A evolução no número de matrículas na pós-graduação brasileira em cursos *stricto sensu* pode ser verificada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução no Número de Matrículas na Pós-graduação Brasileira, 1987 a 2018.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Capes (2002).

A partir dos dados apresentados no gráfico, é possível observar que nos últimos 30 anos, cursos de mestrado sempre tiveram um quantitativo de matrículas mais elevado quando comparados ao número de matrículas em cursos de doutorado. Além disso, cabe ressaltar que, para cursos *stricto sensu* profissionais, as primeiras matrículas registradas foram no ano de 1999, e em cursos de mestrado. Já em doutorados profissionais, o primeiro registro (não apresentado no gráfico) foi em 2018, com um total de 52 matrículas.

Apesar de o crescimento no número de matrículas de um ano para o outro ser uma realidade para todos os cursos analisados (mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado acadêmico), o índice de crescimento nesse indicador não foi constante.

No que se refere ao mestrado profissional, percebe-se que esses cursos foram os que apresentaram maiores variações, alcançando um crescimento de 160% do ano 2000 para 2001, 47% no ano seguinte (passando de 2.956 em 2001 para 4.350 em 2002) e, aproximadamente, 41% de 2012 para 2013 (saindo de 14.724 matrículas em 2012 para 20.728 em 2013).

Já sobre os cursos de doutorado, apesar de apresentarem valores absolutos de matrículas inferiores aos de cursos de mestrado, quando se analisa os valores relativos, nota-se que essa realidade se inverte. Enquanto os cursos de doutorado possuem crescimento anual de matrículas superiores a 10% em praticamente metade dos anos analisados, com predominância

de crescimento na década de 1990, chegando a apresentar crescimento anual superior a 15% de 1990 para 1991, os cursos de mestrado possuem crescimento inferior a 5% em mais da metade dos anos analisados.

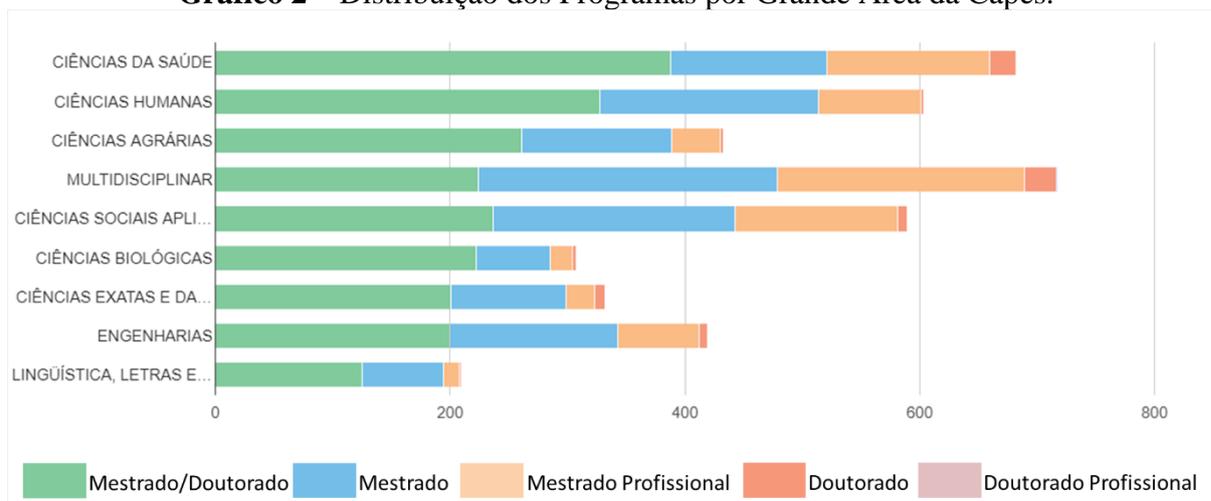
Dessa forma, enquanto o número de matrículas em cursos de doutorado acadêmico cresceu 1.343% em 30 anos (passando de 7.960 em 1987 para 114.867 em 2018), em mestrados acadêmicos, esse crescimento foi de 350% (saindo de 29.273 para 131.607 no mesmo período).

Já do ponto de vista territorial, em 2018, aproximadamente 88% (253.547 matrículas) das matrículas correspondem às Unidades Federativas localizadas nas Regiões Sul e Sudeste (com exceção do Espírito Santo), cujos estados estão na maior faixa de distribuição das matrículas, todos acima de 15 mil. São Paulo é estado com maior número de matrículas, ultrapassando 90 mil.

Esse crescimento no quantitativo de matrículas em cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil está relacionado não apenas ao aumento da oferta de vagas, mas também à criação de novos cursos. Enquanto em 1987 o Brasil possuía 861 cursos de mestrado e 385 cursos de doutorado (1.246 no total), em 2018 alcançou-se o patamar de oferta de 3.467 cursos de mestrado acadêmico, 741 cursos de mestrado profissional, 2.268 cursos de doutorado acadêmico e um curso de doutorado profissional (6.477 no total), representando um aumento de 419%. Considerando-se do ponto de vista dos 4.291 Programas, são 2.186 os que oferecem cursos de mestrado e de doutorado, 1.281 oferecem cursos de mestrado, 82 programas que ofertam cursos de doutorado, 741 que oferecem cursos de mestrado profissional e um programa oferece o curso de doutorado profissional.

No que se refere à distribuição do total de 288.538 matrículas nos programas (dado de 2018) pelas áreas do conhecimento, ressalta-se que mais de 75% (217.588 matrículas) correspondem a matrículas nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências da Saúde e Multidisciplinar, sendo a área de Linguística, Letras e Artes aquela que apresenta o menor número de programas, possuindo pouco mais de 200 em todo o território nacional. O Gráfico 2 apresenta a distribuição dos Programas entre as nove Grandes áreas estabelecidas pela Capes.

Gráfico 2 – Distribuição dos Programas por Grande Área da Capes.



Fonte: Adaptado de Capes (2020).

Sobre a distribuição atual dos Programas de acordo com os conceitos de avaliação da Capes, a Tabela 1 detalha a distribuição dos programas de pós-graduação brasileiros, segundo as notas obtidas na última avaliação. Cumpre ressaltar que o quantitativo de programas apresentado na referida tabela é inferior ao número atual de programas, visto que a última avaliação realizada é referente à quadrienal de 2017.

Tabela 1 – Programas e Conceitos na Avaliação Quadrienal 2017.

Conceito	Quantitativo de Programas
1	8
2	90
3	1.333
4	1.497
5	765
6	298
7	184
Total	4.175

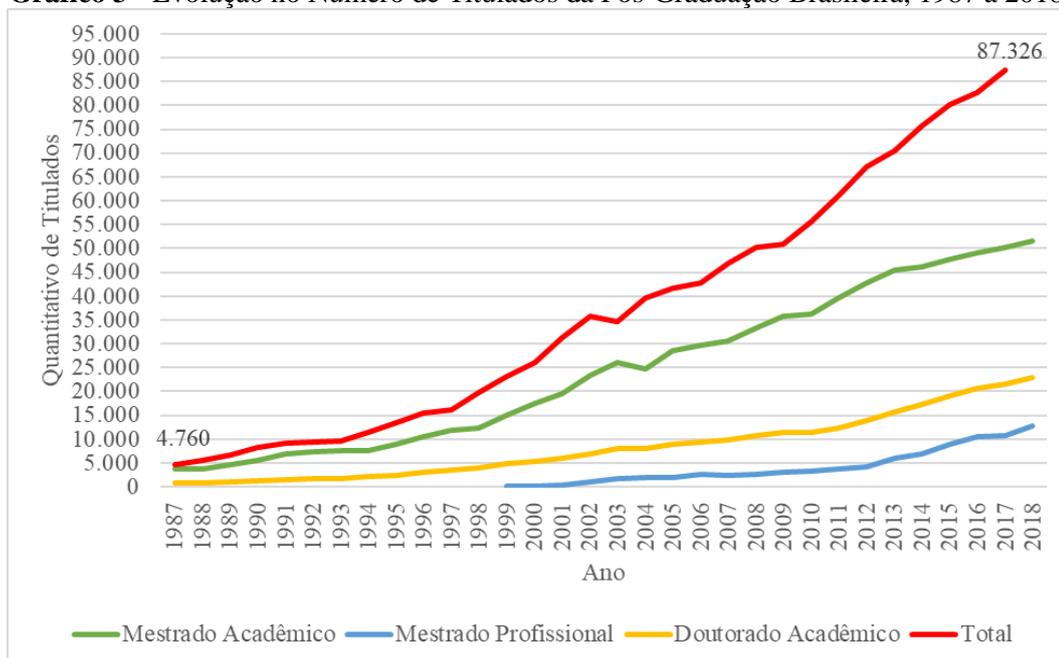
Fonte: Elaborada pelos autores a partir de Capes (2017).

Como é possível observar, dos 4.175 programas que constavam da avaliação, 98 deles, aproximadamente 2,35% do total, obtiveram uma nota inferior a “3” na avaliação de 2017, o que reduziu para 4.077 programas autorizados a funcionar à época, a partir da última avaliação

realizada. Nota-se também que a maior concentração de programas se encontra com notas 3 ou 4, representando aproximadamente 68% dos programas avaliados na última quadrienal.

O crescimento do número de cursos ofertados e do número de matrículas impactou também no aumento do quantitativo de pessoas tituladas no período analisado. O número de titulados por ano nos anos analisados aumentou cerca de 18 vezes, passando de 4.760 em 1987 para 87.326 em 2018. O Gráfico 3, a seguir, detalha a evolução no número de titulados no país, por nível e por tipo de formação.

Gráfico 3 - Evolução no Número de Titulados da Pós-Graduação Brasileira, 1987 a 2018.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Capes (2002) e Capes (2020).

Em relação à divisão por nível e por tipo de formação, os cursos de mestrado profissional foram aqueles que, em uma análise relativa, mais aumentaram o número de titulados, chegando a um acréscimo de aproximadamente 300 vezes, quando comparado ao quantitativo de titulados em 1999 (primeiro registro de títulos emitidos) com o quantitativo apresentado em 2018. Já a titulação anual de doutores no Brasil aumentou mais de 26 vezes, saindo de 872 em 1987 para 22.894 em 2018.

Diante dos dados consultados, observa-se que entre 1987 e 2018 foram obtidos mais de 1,13 milhão de títulos. Entretanto, destaca-se que o número de pessoas tituladas é inferior,

uma vez que existem pessoas que possuem mais de um título, sendo comum doutores possuírem também título de mestre.

Ao se ponderar que a população brasileira cresceu aproximadamente 48%, comparando-se o ano de 1987 e 2018, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2020), é possível notar que a parcela de mestres e de doutores cresceu consideravelmente ao longo dos anos. Esse cenário pode ser observado de melhor forma quando se considera que no ano de 1987 o Brasil formou cerca de 3,4 mestres e doutores para cada 100 mil habitantes. Já em 2018 essa proporção aumentou para, aproximadamente, 42 mestres e doutores formados naquele ano para cada 100 mil habitantes.

Além disso, cumpre destacar que o número de titulações está concentrado nos estados do Sul e do Sudeste (exceto Espírito Santo), os quais acumularam em 2018, por exemplo, 67,85% do total de titulações (59.252 de um total de 87.326). Evidencia-se mais essa disparidade quando se considera que as Regiões Sul e Sudeste, com exceção do Espírito Santo, representavam em 2018 aproximadamente 54% da população brasileira (BRASIL, 2018). Demonstra-se, nesse sentido, que enquanto se formaram quase sete mestres e/ou doutores, considerando praticamente metade da população brasileira (concentrada em seis Unidades Federativas), a outra metade da população (distribuída em 20 estados mais o Distrito Federal), formou três mestres e/ou doutores no mesmo ano.

Nesse sentido, embora esse crescimento tenha acontecido em todo o país, é importante ressaltar que o mesmo não se deu de maneira simétrica quando se analisa do ponto de vista territorial. Isso pôde ser observado tanto no que se refere às matrículas quanto às titulações. Aí se apresenta ainda um desafio para a pós-graduação *stricto sensu* brasileira: sua interiorização.

Outro ponto de atenção diz respeito à evasão estudantil. Ao se analisar que a partir do ano de 2000 a pós-graduação nacional contabilizou anualmente mais de 100 mil matrículas, chegando a quase 289 mil matrículas em 2018, poder-se-ia esperar que o quantitativo de titulações por ano se aproximasse, ao longo do tempo, do mesmo patamar das matrículas. Entretanto, não é isso que se observa na realidade da pós-graduação brasileira. Considerando-se o maior número de títulos conferidos num mesmo ano, esse quantitativo alcançou o máximo de aproximadamente 88 mil.

Esses dados sugerem que a problemática da evasão estudantil, tão discutida no âmbito dos cursos de graduação, pode ser também uma realidade em cursos de mestrado e de

doutorado, demandando uma análise mais aprofundada, visto a discrepância entre o número de matrículas e de titulações.

Todavia, a partir dos números apresentados, foi possível observar que, ao longo dos anos, a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil cresceu em todos os sentidos: número de programas, cursos, matrículas e titulações.

Outro desafio ainda a ser superado diz respeito à avaliação e à qualidade das ofertas, quando estas são analisadas a partir dos critérios de avaliação utilizados pela Capes. O fato de a maior parte dos programas possuir notas 3 ou 4, ou sugere que os cursos possuem considerável possibilidade de melhoria, ou aponta para a necessidade de ajuste nos instrumentos de avaliação aplicados pela Agência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo apresentar o panorama da pós-graduação nacional, modalidade *stricto sensu*, desde a criação da Capes até os dias atuais. Para isso, recorreu-se a relatórios institucionais e de sistemas públicos, a fontes bibliográficas, à legislação específica da pós-graduação nacional e à elaboração de estatísticas descritivas a respeito dos números da pós-graduação.

Sobre a trajetória da pós-graduação *stricto sensu* brasileira, percebe-se que essa modalidade de ensino encontrou na necessidade da qualificação de profissionais alinhados ao modelo de desenvolvimento do país, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, o terreno fértil para o seu desenvolvimento e sua institucionalização, o que sugere o alinhamento da pós-graduação aos objetivos econômicos, políticos e sociais do Brasil, como se pôde constatar a partir dos Planos Nacionais de Pós-Graduação.

A pós-graduação é fundamental para que o desenvolvimento brasileiro ocorra de maneira mais equitativa entre as suas diferentes regiões, ou menos assimétrica, bem como se constitui como relevante propulsor para a expansão da ciência e da tecnologia, tão necessárias para uma nação soberana. Salienta-se que há também a essencial missão de ser agente imprescindível para compor as melhorias prementes para a educação básica brasileira. Acredita-se que fortalecer a pós-graduação, ainda que paradoxal, é tornar o sistema educacional brasileiro mais homogêneo.

A respeito das bases para o seu surgimento e desenvolvimento, há de se considerar a criação e o fortalecimento, ao longo dos anos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que, embora tenha flertado por vezes com a extinção, conseguiu se constituir como um mecanismo de alinhamento dos interesses políticos e educacionais no contexto nacional. Sem dúvidas, a trajetória da pós-graduação no Brasil contém a trajetória da Capes em seu âmago.

Já no que se refere aos principais atores envolvidos nesse processo, destacam-se, sobretudo, os Coordenadores da referida agência ao longo das suas quase sete décadas de existência. Há, entretanto, que se acentuar a participação de seu fundador, Anísio Teixeira, que mudou os rumos da universidade brasileira e, conseqüentemente, da pós-graduação nacional.

No que tange aos dados históricos e atuais, foi possível observar a evolução do número de cursos, matrículas e titulações no período de 1987 e 2018, considerando a publicização desses dados.

O número de cursos ofertados aumentou 419%. Já no que se refere ao número de matrículas, nota-se um aumento de 37.233 para 288.538, representando um crescimento de 675%. Os cursos de mestrado acadêmico são aqueles que apresentaram o maior quantitativo de matrículas em todos os anos. Entretanto, as matrículas em doutorados acadêmicos cresceram proporcionalmente mais do que os mestrados acadêmicos no período analisado. No que se refere ao número de titulações por ano, o crescimento foi de 18 vezes no período analisado.

Cabe destacar que o crescimento percebido, mesmo acontecendo em todas as regiões brasileiras, não se deu de maneira simétrica, tendo as Regiões Sul e Sudeste (com exceção do Espírito Santo) a concentração de 67,85% das titulações, considerando os últimos dados disponíveis (referentes a 2018). Além disso, ressalta-se que os resultados encontrados sugerem que a evasão estudantil se apresenta como um desafio para cursos de mestrado e de doutorado, uma vez que, enquanto o quantitativo de matrículas anual é superior a 100 mil a partir do ano de 2000, o máximo de titulações conferidas no mesmo ano sequer alcançou o marco de 90 mil.

Diante do resgate da trajetória da pós-graduação *stricto sensu* brasileira, por meio da sua história, da sua contribuição para o desenvolvimento nacional e da evolução das estatísticas, entende-se que os resultados alcançados contribuem com a academia no sentido de fornecer, de forma clara e sintetizada, um apanhado geral sobre a pós-graduação *stricto sensu* brasileira.

Para pesquisas futuras, sugere-se realizar uma análise detalhada da evolução dos números da pós-graduação brasileira *stricto sensu* desde a sua origem, com base em evidências e em acontecimentos históricos no Plano Nacional de Pós-Graduação e na Estratégia Nacional de Desenvolvimento, de forma a contribuir com a compreensão de como se deu tal evolução, especialmente no que diz respeito às assimetrias regionais, às áreas do conhecimento e ao desenvolvimento socioeconômico do país. Ainda, sugere-se investigar a evasão estudantil em cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina pelo apoio no desenvolvimento desta pesquisa por meio do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina, pertencente ao Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior. Agradecemos, ainda, ao Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária, *locus* de desenvolvimento desta pesquisa e de tantos outros estudos relevantes à gestão universitária.

REFERÊNCIAS

BALBACHEVSKY, E. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. **Os Desafios da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BRASIL. **Parecer nº 977/65**. Define os cursos de pós-graduação. 3 dez. 1965. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/parecer-cesu-977-1965-pdf/@_download/file/parecer_cesu_977_1965.pdf. Acesso em: 18 out. 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade simples: 2010-2060**. [s. l.], 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 18 out. 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação**. [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação – 2016-2022**: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Econômico e Social. Brasília: [s. n.], 2016. Disponível em:

CABRAL, Thiago Luiz de Oliveira; SILVA, Fernanda Cristina da; PACHECO, Andressa Sasaki Vasques; MELO, Pedro Antônio de

“A Capes e suas Sete Décadas: trajetória da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil”

<https://portal.insa.gov.br/images/documentos-oficiais/ENCTI-MCTIC-2016-2022.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Qual a diferença entre pós-graduação lato sensu e stricto sensu?** [s. l.], 2019. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13072:qual-a-diferenca-entre-pos-graduacao-lato-sensu-e-stricto-sensu>. Acesso em: 18 out. 2019.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Capes, 50 anos: depoimentos ao CPDOC-FGV**. Rio de Janeiro: FGV; Brasília: CAPES. 2002.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010**. Brasília: CAPES, 2004.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2010. v. 1

_____. **Resultado da Avaliação Quadrienal 2017**. 2017. Disponível em:

<http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2>. Acesso em: 18 out. 2020.

_____. **GeoCAPES**. 2020. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 18 out. 2020.

GOUVÊA, F. C. F. A institucionalização da pós-graduação no Brasil: o primeiro decênio da Capes (1951-1961). **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 9, n. 17, 2012.

Disponível em: <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2012.v9.312>. Acesso em: 18 out. 2020.

GOUVÊA, F.; MENDONÇA, A. W. P. C. A Contribuição de Anísio Teixeira para a Institucionalização da Pós-graduação no Brasil: um percurso com os boletins da CAPES. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 22, 2006.

HORTA, J. S. B.; MORAES, M. C. M. de. O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 30, p. 95–116, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000300008>. Acesso em: 18 out. 2020.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os planos nacionais de pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133–160, 2006.

MENDONÇA, A. W. P. C. A pós-graduação como estratégia de reconstrução da Universidade Brasileira. **Educar em Revista**, [S. l.], n. 21, p. 289–308, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.296>. Acesso em: 18 out. 2020.

MORAES, M. C. B. **503 Dúvidas para você tirar sobre a educação superior no Brasil**. Florianópolis: Nanquim, 2016.

Revista Brasileira de Pós-graduação-RBPG, ISSN (*on-line*): 2358-2332.

Brasília, v.16, n. 36 (outubro de 2020).

Artigo

CABRAL, Thiago Luiz de Oliveira; SILVA, Fernanda Cristina da; PACHECO, Andressa Sasaki Vasques;
MELO, Pedro Antônio de
“A Capes e suas Sete Décadas: trajetória da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil”

NUNES, C. Anísio Teixeira entre nós: a defesa da educação como direito de todos. **Educação & Sociedade**, [S. l.], v. 21, n. 73, p. 9–40, 2000. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000400002>. Acesso em: 18 out. 2020.

SOUSA, E. F. de. **O discurso da Capes para avaliação dos programas de pós-graduação:** da (des)fragmentação à comunicação em rede. 2008. 306 f. Tese (Doutorado em Linguística)-
Universidade de Brasília, Brasília, 2008.